

Jarbas Passarinho

Sarney

Muda Brasil

Li, certa feita, que as melhores carreiras são as não-deliberadas. Penso nessa frase, quando, um ano depois do martírio e desaparecimento de Tancredo Neves, vejo o nosso atual presidente da República ir conduzindo os negócios do Estado de modo a tornar-se, em curto prazo, altamente popular e receber o que mais recompensa um homem público: o favor do povo. E tanto é assim, que já não uma, mas várias pessoas, têm dito que não sabem se vivo estivesse o dr. Tancredo, se as medidas tomadas no campo econômico teriam sido tomadas, como o foram.

O êxito de uma carreira política, ademais, depende muito de circunstâncias favoráveis. O Presidente as tem tido: os juros caem, no exterior, o que nos pode levar a uma economia anual de 300 milhões de dólares no serviço da dívida externa; desabam os preços do barril do petróleo, o que nos proporcionará considerável economia no dispêndio com a importação do óleo cru, ao mesmo tempo em que se sucedem as descobertas de campos gigantes de petróleo, no litoral de Campos; e, mesmo a infelicidade se transforma em vantagem, quando as geadas diminuem a safra de café, fato compensado pelo aumento substancial da cotação do café no mercado mundial. Todos os ventos, pois, sopram a favor. Os bajuladores já começam a referir-se ao Presidente «pé quente», que em tudo que toca, como o rei Midas, vira ouro. O FMI bate palmas ardorosamente às medidas tomadas com a retórica de nossa soberania intocada. Está obtendo mais que nos tempos em que nossos ministros da área econômica não se faziam de rogados para assinar cartas e cartas de intenções, com a verdadeira intenção de não cumpri-las. Perdemos à intimidade com o visual simpático da sra Ana Maria Jul, que transitava com desenvoltura pelos corredores do Palácio do Planalto. Em compensação, recebemos calorosos elogios do sr. De Larosière, pelas medidas de congelamento de preços e salários. Mesmo quando o Governo se vê compelido a emitir, como o fez em março, num montante maior que 50 trilhões antigos de cruzeiros, ou de 50 bilhões de nosso valorizado cruzado, ainda aí há uma ex-

plicação que ninguém contesta. Ela nos é dada pelo ministro da Fazenda, com a habitual tranquilidade e credibilidade. Ele classifica o mês de março, de «mês atípico», o que me leva em saudade aos tempos do ministro Mário Simonsen, quem primeiro aplicou essa engenhosa definição.

Quando falo de credibilidade, toco no ponto principal da lua-de-mel que há, hoje, entre Governo e povo. Qualquer de seus membros qualificados (ou até nem tanto) vai à televisão, diz o que pensa e todos batemos palmas, ou pelo menos assentimos com a cabeça. Quando se demitiu a Fundação Getúlio Vargas, instituição respeitada, do encargo de medir o índice da inflação, não houve grita, mesmo que o encargo passasse para um órgão do próprio Governo, o IBGE. Vendo, por acaso, um programa da TV **Manchete**, da responsabilidade de um costureiro famoso, ouvi-lhe a confissão de que, antes do atual presidente da República, ele desligava o receptor sempre que se anunciava uma fala presidencial. Foi peremptório. «Nunca ouvi», disse ele. Agora, não. Ele bebe cada palavra presidencial com uma postura reverencial. É a questão da credibilidade, a que me referi.

De minha parte, torço para que o pacote econômico dê certo. Não tenho vocação de masoquista e recordo da minha indignação quando via, no passado, a oposição que hoje é poder, chegar ao clímax da alegria quando um projeto do Governo desmoronava. Sei que, como em Israel e na Argentina, essas drásticas medidas não podem vingar sem o sacrifício consentido do povo.

Insistir nessa verdade, agora que vivemos sob o deslumbramento da ação dos «fiscais do Sarney», os comerciantes tomados pelos vilões que faziam a inflação subir à estratosfera, seria imprudente. Como homem da Velha República, porém, tenho um grande consolo: foi um dos nossos, o que nos presidia o partido político, que tornou realidade o slogan eleitoral do PMDB — «Muda Brasil!»...

Ex-ministro da Previdência Social
